

inferiores às médias de fevereiro (1990/91 a 2016/17). Esta situação, aliada à não recuperação dos níveis de água subterrânea, comprometeu a garantia de disponibilidade de água para a campanha agrícola.

As condições climáticas descritas, comprovadas pelos dados meteorológicos, têm vindo a afetar significativamente as atividades agrícolas, designadamente as sementeiras das culturas de outono-inverno e a obtenção de recursos forrageiros para alimentação animal, ambos impossibilitados pela secura do solo, o que coloca em risco a viabilidade das explorações agrícolas afetadas por esta situação. A recuperação registada tendo em conta os valores de precipitação verificados em março, não anula efeitos das condições precedentes.

Atenta a sua gravidade, importa reconhecer que a situação de seca agrometeorológica no território continental, declarada pelo Despacho n.º 6399/2017, de 18 de julho, publicado no *Diário da República*, n.º 141/2017, Série II, de 2017-07-24, se manteve até 1 de março, sendo objeto de revisão em função da evolução agrometeorológica.

Pelas mesmas razões impõe-se igualmente adotar medidas que salvaguardem os beneficiários de apoios da Política Agrícola Comum da aplicação de penalizações nos respetivos regimes de apoio, designadamente a norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), «Cobertura mínima dos solos», no âmbito da condicionalidade.

Assim, nos termos e ao abrigo dos Regulamentos (UE) n.ºs 1306/2013 e 1307/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, e do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comissão, de 11 de março, determina-se o seguinte:

1 — É reconhecida a manutenção da situação de seca agrometeorológica no território continental, declarada pelo Despacho n.º 6399/2017, de 18 de julho, publicada no *Diário da República*, n.º 141/2017, Série II, de 24 de julho de 2017.

2 — É prorrogada a vigência, no ano de 2018, do Despacho Normativo n.º 12/2017, de 12 de setembro, que estabelece um regime de excecional, em 2017, da norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), «Cobertura mínima dos solos».

3 — O presente despacho normativo produz efeitos até 1 de março de 2018, sendo objeto de revisão face à evolução da situação agrometeorológica.

12 de abril de 2018. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*.

311274328

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Despacho n.º 4006/2018

1 — Nos termos do disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, torna-se público que, por meu despacho de 19 de março de 2018, foi homologada a lista de classificação final do concurso interno de ingresso aberto pelo Aviso n.º 8665/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 3 de agosto, para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., na categoria de Especialista de Informática Grau 1 Nível 2, da carreira de Especialista de Informática (carreira não revista), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Do ato de homologação pode ser interposta recurso hierárquico nos termos do disposto do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

3 — A lista homologada encontra-se afixada em local visível e público das instalações do INIAV, I. P., encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.inia.pt/menu-de-topo/quem-somos/recursos-humanos/recrutamento-e-selecao/procedimentos-concursais>.

2 de abril de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

311256898

MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 4007/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como Técnica Especialista do meu Gabinete, a licenciada Vanda Cristina Lopes Nunes.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções de assessoria na sua área de especialização.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2018.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

12 de abril de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

Vanda Cristina Lopes Nunes nasceu em Alpiarça a 10 de setembro de 1971. Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1994. Concluiu o estágio de advocacia pela Ordem dos Advogados de Lisboa e exerce advocacia até 2005.

Em dezembro de 2001 foi eleita Vereadora da Câmara Municipal de Alpiarça, e em outubro de 2005, foi reeleita, sendo nomeada Vice-Presidente, sendo titular de vários pelouros, nomeadamente, Educação, Cultura, Recursos Humanos e Ação Social.

Em novembro de 2008, tomou posse como Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, cargo que ocupou até 30 de outubro de 2009.

Em fevereiro de 2010 é nomeada, pela Senhora Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT). É no exercício das funções de Vice-Presidente da CCDR LVT, com as áreas de cooperação, municípios e desenvolvimento regional que organiza em 2010 o Open Days Bruxelas, o ciclo de Conferências sobre Crescimento Azul dirigido às Regiões Europeias, em estreita colaboração com a DG Régio, DG Mare e Comité das Regiões e em 2011 a Conferência Europeia de Lançamento da Estratégia Atlântica, Lisbon Atlantic Conference.

Em abril de 2012 é nomeada, por deliberação da CML, Administradora da Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, cargo que exerce até fevereiro de 2014. Nesse mesmo ano é também designada pelo Presidente da CML, Dr. António Costa, Sua Representante no Fórum do Atlântico Portugal — Plano de Ação da Estratégia Europeia para o Atlântico.

Desde fevereiro de 2014, é Assessora para os Assuntos do Mar da CML, na Equipa de Missão Lisboa Europa 2020 e Gabinete do Vice-Presidente, trabalhando na Estratégia de Lisboa, Cidade Atlântica, Conhecimento e Economia do Mar. Na CML propõe ações de cooperação que possam contribuir para a mobilização da Cidade para a importância do Mar e fruição do Rio, colabora na organização de grandes eventos nacionais e internacionais, como a Tall ships e Volvo Ocean Race, e bem assim projeta e acompanha a implementação de programas que integram a política municipal traçada para o Mar, na inovação e empreendedorismo, ensino e formação como o projeto LOIC e o Clubes de Mar — sailing at school. Integra, em representação da CML, o Conselho Estratégico para a Economia do Mar da AIP.

311274166

Despacho n.º 4008/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista no meu gabinete, José Manuel de Carvalho Martins.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2017.

12 de abril de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: José Manuel de Carvalho Martins
Data de nascimento: 18/11/1964
Naturalidade: Português

II — Formação Académica:

Escolaridade: 12.º ano.
Curso Geral e Complementar de Eletrotécnica
Curso Comunicação no Atendimento
Curso de Comunicação e Comportamento Organizacional

III — Percorso profissional:

Motorista do Gabinete do MAI desde 1/12/2015
Motorista da SGMAI desde 1/01/2012
Motorista da SGMOPC desde 1/01/2012
Encarregado de Manutenção na Firma Cascais Jardim Gerente e Artista Plástico na Galeria de Arte Picasso
Sócio-Gerente da Firma JMC Martins L.ª
Sócio-Gerente da Firma Fabrotecnica

311274182